

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NAS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA: A DICOTOMIA ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIDADE NO MUNICÍPIO DE PONTA DE PEDRAS-PA

Jobair Assis Rangel, Gustavo Rodrigo Milaré Montoia

Laboratório de Estudos das Cidades, Planejamento Urbano e Regional –

Universidade do Vale do Paraíba.

jobairrangel@teraa.com.br; milaremontoia@hotmail.com

Introdução

Por mais que o Estado tenha tentado, ao longo das últimas décadas, desenvolver políticas que garantam o acesso à moradia, presencia-se, na verdade, números que indicam o preocupante déficit habitacional existente no Brasil. Segundo a Fundação João Pinheiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o déficit habitacional no país é de aproximadamente 6 milhões de unidade, e de acordo com o Ministério das Cidades esse número pode chegar a 35 milhões de unidades até 2025.

A Constituição brasileira, aprovada em 1988, não prevê expressamente um direito à moradia, embora estabeleça como dever do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, “promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico” - art. 23, IX (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988).

A sociedade brasileira passou, nas últimas décadas, por profundas transformações, seu tradicional perfil agrário deu lugar a uma nova realidade industrial e urbana, marcada, contudo por graves problemas decorrentes dessas mudanças, cujas soluções constituem um grande desafio.

A habitação é um desses desafios, bem como o direito de acesso à terra, seja ela na área urbana ou rural, pois é um fator determinante de inclusão social. Podemos dizer que o fato de morar (habitar), proporciona ao cidadão a plena sensação de segurança. Contudo, nas últimas décadas presenciaram-se números que indicam o preocupante déficit habitacional existente no Brasil. De acordo com Ermínia Maricato (2009, p.35),

“as políticas públicas de habitação engendradas pelo Estado permitiram o desvendamento do seu caráter de agente ativo do processo de segregação territorial, estruturação e consolidação do mercado imobiliário privado, aprofundamento da concentração da renda e, portanto, da desigualdade social”.

Nesse sentido, o Programa “Minha Casa Minha Vida”, (PMCMV), proposto pelo Governo Federal no ano de 2009, tem como objetivo atender a parcela da população com rendimentos entre 3 a 10 salários mínimos. Segundo o Ministério das Cidades, 2043 municípios brasileiros foram beneficiados pelo Programa, entre eles o município de Ponta de Pedras, Pará. (BRASIL, 2005). Entretanto, não foram colocados em prática, por parte do governo em suas diversas esferas, mecanismos de acompanhamento e fiscalização.

O presente estudo tem como objetivo analisar as repercussões do PMCMV, que foi preconizado tendo como modelo espaços metropolitanos, contudo, houve desdobramentos em realidades urbanas com características singulares e com especificidades distantes daquelas para as quais esses Programas são definidos. Apesar de sua aplicabilidade ser o território federal, esses Programas encontram no local, principalmente nas “cidades dos notáveis” (SANTOS, 1994), uma elite que os desvirtua em causa própria. Assim, objetiva-se avaliar como o Programa foi implementado no município de Ponta de Pedras, localizado no estado do Pará, seus desdobramentos, desvirtuamentos e suas repercussões em relação à proposta original, considerando o poder político que um Programa como este propicia aos gestores locais, prática cotidiana na realidade dessas pequenas cidades.

Um dos motivos que mais instigaram a investigação sobre esse Programa Habitacional implementado no município de Ponta de Pedras relaciona-se às denúncias da população local, tendo sido relatado que o processo de inscrição e seleção não foram transparentes. Essa insatisfação foi constatada por meio de uma pesquisa de campo, realizada no mês de julho de 2010 na cidade.

Realizou-se, em julho de 2010, um *survey*, com a duração de 10 dias, na cidade de Ponta de Pedras (certificado no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da UNIVAP Sob o número H120/CEP/2010). Nesse formulário foram levantadas informações sobre o perfil do morador urbano; local de nascimento; tempo que os não nativos residiam na cidade; renda; grau de instrução; religiosidade; número de inquilinos por residência,

natureza da moradia (posse, própria ou alugada); infraestrutura residencial (alvenaria, madeira ou mista) saneamento básico (água encanada, energia elétrica e esgoto), informações que possibilitaram caracterizar o perfil sócio-econômico dos moradores urbanos

Foram aplicados formulários a 350 domicílios urbanos (10% dos domicílios urbanos existentes), de acordo com os setores censitários, estabelecidos pelo IBGE, para o Censo de 2010. Considerou-se uma amostragem estratificada aleatória, ou seja, os formulários foram aplicados de acordo com o número de domicílios existentes no setor censitário. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o município possuía 2483 domicílios urbanos e uma população de 25.999 habitantes.

Levantou-se também cópia de Atas das Audiências Públicas; dados com o Conselho de Assistência Social Municipal, entrevistas abertas com representantes do Poder Público, Funcionários Públicos e sociedade civil, bem como informações e observações empíricas pós-ocupação, baseando-se em dois trabalhos de campo, realizado em julho de 2013 e 2014. O artigo encontra-se estruturado em três partes: na primeira parte é apresentada uma breve discussão sobre as políticas habitacionais no Brasil; na segunda parte é apresentada as singularidades e as pluralidades das pequenas cidades da Amazônia e como Ponta de Pedras encontra-se neste cenário; e por último, a aplicabilidade e direcionamento do PMCMV no local, sua realidade pós-ocupação e as discussões finais.

As Políticas Habitacionais no Brasil: breves considerações

Antes do período do Estado Novo (1937-1945), não houve no Brasil implantações de Políticas Públicas Habitacionais voltadas para a construção de unidades habitacionais com fins sociais (LIMA, 2007). Em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) esteve vinculado ao Sistema de Financiamento de Habitação e Saneamento (SFH), exercendo papel central na definição e financiamento das políticas habitacionais para o país. Utilizava recursos da Poupança e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para os empreendimentos (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

A produção da moradia, entre 1964 e 1985, financiada pelo BNH, foi dividida por médias salariais. Sobre o assunto, Kowarick (1979, p.50) afirma:

[...] é elucidativo mostrar que 80% dos empréstimos do Banco Nacional de Habitação foram canalizados para os estratos de renda média e alta, ao mesmo tempo, que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. É contrastante neste sentido que as pessoas com até 4 salários mínimos constituem 55% da demanda habitacional ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo Sistema Financeiro de Habitação raramente incluíam famílias com rendimentos inferior a 12 salários.

Para Gabriel Bolaffi (1979), numa crítica à atuação do Banco Nacional da Habitação, criou-se tal banco muito mais para atender aos requisitos políticos, econômicos e monetários dos Governos, que conduziram ao efêmero “milagre brasileiro”, do que para solucionar o verdadeiro problema da habitação. Apesar de ter o seu objetivo desvirtuado (pelo menos o que era dito como tal), esta não foi a principal razão para a extinção do SFH/BNH pelo governo Sarney. As razões para esta extinção devem ser buscadas a luz do próprio funcionamento deste que se revelou frágil com relação às flutuações macroeconômicas dos anos 80. Portanto, o SFH/BNH não resistiu a grave crise inflacionária vivenciada pelo Brasil, principalmente nos primeiros anos da década de 1980, o que levou a uma forte queda do poder de compra do salário, principalmente da classe média, o público que havia se tornado alvo das políticas habitacionais deste sistema.

Com o Decreto nº 2 291 de 21 de novembro de 1986, o presidente José Sarney decretou a extinção do Banco Nacional de Habitação. Este foi incorporado pela Caixa Econômica Federal que, além de assumir sua inadimplência, tornou a questão habitacional uma política setorial para esta instituição que não possuía qualquer tradição com relação ao tema. O maior montante desta dívida estava relacionado aos planos de desenvolvimento urbano e não à habitação (RODRIGUES, 1996).

Quadro 1: Resumo das Políticas Habitacionais Pós Governos Militares

Programa de Governo	Período	Descrição	Observações
José Sarney	(1985-1990)	Decreto nº 2 291 de 21 de Novembro de 1986 finaliza as atividades do BNH. -155,5 mil unidades habitacionais.	Programa Nacional de Mutirões Comunitários- Profilurb -Pró-Morar e João de Barro.

Fernando Collor de Mello	(1990-1992)	Deposição Presidencial .	PAIH-Plano de Ação Imediata para a habitação.
Itamar Franco	(1992-1995)	173,9 mil unidades habitacionais construídas	Conclusão das obras existenciais do governo anterior.
Fernando Henrique Cardoso	(1995-2003)	257,2 mil unidades habitacionais construídas.	Criação do Programa Habitar Brasil (1996) , que mais tarde é substituído pelo Programa Morar Melhor (2000) Investiram em conjunto 3,4 bilhões de Reais.
Luiz Inácio Lula da Silva	(2003-2010)	2009- Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Programa Habitacional inserido no PLANHAB	O Programa tem como objetivo atender famílias com renda entre 0 à 3 S.M.

Fonte: Rangel, 2011

De acordo com o quadro 1, apesar das boas intenções refletidas nos programas propostos e no edifício institucional criado pelo governo federal na área de habitação, a prática efetiva não teve repercussão na imensa exclusão que aí se verifica. Entretanto, as políticas habitacionais voltaram ao centro das políticas públicas, de forma estruturada, a partir de 2004, quando foi criado o Ministério das Cidades,

Para tratar da questão habitacional e urbana, esse Ministério passou a ser o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e, nela inserida, pela Política Setorial de Habitação. Foram mantidos: o Habitar Brasil - BID, da antiga Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), destinado à urbanização de favelas; os programas de habitação e saneamento, operados pela Caixa Econômica Federal; o Programa de Subsídio Habitacional (PSH), formulado pela Secretaria do Tesouro Nacional; e significativos recursos do FGTS, a mais importante das heranças

recebidas pelo Ministério das Cidades, especialmente considerando a conjuntura de ajuste fiscal que reduzia a disponibilidade de recursos públicos para investimento (LIMA, 2007, p.111). É nesse contexto que é proposto o PMCMV.

Programa Habitacional “Minha Casa Minha Vida” (PMCMV)

Conforme Palermo et al. (2007):

O papel do estado na produção habitacional voltada para as populações de menor renda é indiscutível. Indiscutível também é a dificuldade de tal ação acompanhar a demanda sempre crescente, principalmente nas grandes e médias cidades brasileiras, por novas unidades, demanda esta ainda proveniente do êxodo rural, em curso no país desde a primeira metade do século XX. Esse fenômeno continua sendo responsável direto pelo surgimento, incremento e agora descontrolado processo de favelização das periferias urbanas. Os esforços empreendidos até hoje mais do que institucionalizaram os guetos humanos, expressos em soluções urbano arquitetônicas de baixa qualidade técnica e funcional, impulsionaram a especulação imobiliária sobre esses setores urbanos redesenhados, expulsando novamente as populações a que se buscava atender – desta vez da cidade legal – e mantendo a ocupação desordenada das periferias, com forte impacto nas redes públicas de serviços e infra-estrutura urbana.

O Projeto de Lei de Conversão (PLV) 11/09, oriundo da Medida Provisória (MP) 459/09, instituiu o PMCMV, propõe a regularização dos assentamentos irregulares localizados em áreas urbanas e tem também como objetivo atender à demanda habitacional das famílias que possuem renda de três a dez salários mínimos (BRASIL, 2010).

A proposta do programa é de atender capitais e respectivas regiões metropolitanas, municípios com mais de 100 mil habitantes, podendo contemplar em condições especiais municípios entre 50 e 100 mil habitantes, de acordo com o seu déficit habitacional. O programa quando foi lançado tinha como meta a construção de 1 milhão de unidades e para atingi-la, subdividiu-se o número de unidades para 3 grupos de acordo com a renda salarial. O primeiro inclui as moradias para famílias de baixa renda que ganham entre 0 e 3 salários mínimos por mês, onde se concentra 90 % do déficit habitacional. O segundo grupo, que inclui famílias com renda mensal entre 3 e 6

salários mínimos, para o qual estavam previstos a construção de 400 mil unidades e o terceiro grupo visa atender famílias com renda mensal entre 6 e 10 salários mínimos, para o qual estavam previstas 200 mil unidades, completando a meta de 1 milhão de novas unidades habitacionais.

Segundo Bonduki (2009, p. 14), “apesar das distorções e lacunas, o Programa “Minha Casa Minha Vida” tem o mérito de colocar a habitação na agenda do país, mas que, no entanto, as metas do programa são baixas por duas razões: a primeira é a unidade pronta, mais ao gosto do setor empresarial, e a segunda as generosas concessões de subsídios”.

Ponta de Pedras, assim como os demais municípios com população abaixo de 50 mil habitantes, está inserida no PMCMV, de acordo com a Portaria Conjunta nº 472, de 18 de novembro de 2009, da Secretaria Nacional de Habitação e da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa portaria define condições específicas para a oferta pública de recursos para a construção de casas populares. Uma vez que foi contemplado pelo Programa “Minha Casa Minha Vida”, com a construção de 120 unidades habitacionais construídas e entregues à população do município de Ponta de Pedras. Especificamente, preocupou-se em esclarecer as respostas para as seguintes indagações: Como este Programa se estruturou para esse município? Como foi o processo de seleção dos contemplados? Houve preocupação em tornar transparente o processo de seleção dos contemplados? Os objetivos do PMCMV foram superiores aos interesses das elites locais? São questões que sempre permearam a discussão sobre política habitacional no Brasil e que estão vivas nos rincões desse país.

O processo de urbanização e os dois modelos de cidades na Amazônia, uma Floresta Urbana

Pensar em urbanização na Amazônia é compreender os processos coexistentes com o que sofria a sociedade brasileira na segunda metade do século XX, com um grande salto nos índices de urbanização que triplicaram, sendo que pouco se alterou entre o período colonial até no final do século XIX. Isso se deve não apenas ao crescimento natural da população, mas a enorme parcela de imigrantes que somaram-se à população neste período. Segundo Santos (1988), o fenômeno da urbanização foi

avassalador, porque neste momento, entre 1920 e 1940 a população urbana dos países subdesenvolvidos multiplicou-se por 6, tomado como exemplo as cidades com mais de 20 mil habitantes. Em contraposição, neste período, foi apenas multiplicada por 2,5 a população urbana dos países do Hemisfério Norte. O Autor, concluiu, que foi uma verdadeira "revolução urbana" que aconteceu.

Entretanto, na Região da Amazônia, área de estudo deste trabalho, se percebeu uma urbanização com uma característica peculiar ao que se apresentou em outras partes do território brasileiro, com a coexistência de dois processos urbanos na Amazônia: as cidades dos projetos estatais e das cidades ribeirinhas.

A região da Amazônia apresentou índices de crescimento de cidades caracterizadas pelos projetos de ordem federal e pelas pequenas cidades, no qual sofreu muito mais uma urbanização da sociedade do que uma urbanização do espaço, o que lhe deu uma peculiaridade regional (SANTOS, M., 1993), no qual, segundo Becker (1998 p.112), o processo de ocupação da Amazônia se intensificou com a formação do moderno aparelho do Estado brasileiro, associado à sua crescente intervenção na economia e no território, com base na predominância de ideologia da segurança nacional. A intenção e necessidade de unificar o mercado nacional, associado ao avanço da industrialização, também contribuiu para explicar a necessidade de desbravar a região, valorizando neste sentido os ciclos exploratórios, políticos, sociais e os movimentos migratórios que avançaram em direção à região amazônica. Além desse conjunto de ações, deve-se destacar também a ação do Planejamento Estatal, que avançou sobre a região a partir da década de 1960, com grandiosos projetos que visaram a construção de rodovias, facilitando assim o acesso local com as demais regiões do país.

Assim, sobre o fenômeno urbano na Amazônia, considera-se que é uma floresta urbanizada, desde 1980, segundo Bertha Becker (1985), no qual a região incorpora valores urbanos ainda que seus núcleos fossem móveis devido às ações do Estado de proteção à área de fronteiras. Contudo, Ponta de Pedras não se encaixa na discussão da urbanização da Amazônia de grandes projetos federais como ocorreu na Amazônia Oriental e foi tratado por Bertha Becker, mas sim, das cidades pequenas, dependentes de repasses do governo federal devido a ineficácia de gerar empregos e de desenvolver

uma economia, mas, que até o momento, não sofreram grandes projetos de porte nacional.

Ponta de Pedras faz parte de um grupo de municípios com território extenso, mas com predominância de cidades pequenas, conhecidas como cidades tradicionais ou cidades ribeirinhas, que têm seus traçados de ruas ligados ao rio, pois vão de encontro ou terminam nele, como também toda a dinâmica da cidade está ligada ao movimento das marés, ao tempo da natureza. “Seu padrão de ocupação foi rio/várzea/floresta. Elas têm ligações identitárias com o lugar demonstrado em seu modo de vida, como a interação de seus habitantes com os cursos fluviais em vários sentidos: uso doméstico; fonte de recurso material; uso para o lazer; e representação simbólica” (TRINDADE JÚNIOR; SILVA; AMARAL, 2008, p. 39-40). Nestas cidades, o desenvolvimento e as atividades econômicas seguem um fim quase autossuficiente, e que não vingou projetos de ordem federal, seja pela ineficácia dos representantes municipais, seja até mesmo pela dinâmica que se desenvolveu sem esperar recursos do poder público. São sobre estas cidades ribeirinhas que se destaca este artigo.

O Paradoxo das Pequenas Cidades: o rural que é urbano

Nas cidades ribeirinhas da Amazônia, percebe-se o predomínio do verde das árvores e matas fechadas, o marrom da terra-firme, batida e úmida que são constantemente barreadas pelas chuvas diárias, e suas águas turvas pela concentração de sedimentos vindas da maior bacia hidrográfica do mundo. Entretanto, ainda assim, essa região é urbana.

Casas de palafitas em áreas de igarapés, casas de madeira, esverdeadas pelas chuvas junto com algumas casas de alvenaria com construções sem acabamento, casas com seus quintais cheios de açaçais (o que predomina em sua paisagem), marcam a paisagem facilmente nomeada como uma área rural na Região Sudeste. Mas ainda assim é uma cidade. É urbano.

Existe a presença de uma psicoesfera urbana na Região (SANTOS, 1996, p. 32), pois existe a artificialização do meio ambiente acompanhado de crenças, desejos, vontade e hábitos que inspiram comportamentos urbanos, acompanhado de fortes ligações com a vida ribeirinha e apesar de seu meio técnico-científico-informacional ser

tímido, é uma urbanização de modo de vida. É a essência da vida urbana, coexistente com uma estreita ligação com as famílias nas áreas rurais, como também, atividades agrárias no meio urbano, com atividades de agricultura, como pode-se constatar em casas que em seus quintais cultivam produtos da floresta.

Isso porque o urbano na Amazônia é heterogêneo: e uma mistura de estilos de vida rural e de vida na aglomeração, reforçada pela enorme diversidade de produtos extrativos que compõem o conjunto importante de bens que circulam no meio urbano. Para alguém de fora da região, isso evoca elementos tradicionais numa sociedade em processo de mudança (NUNES, 2008, pág 55)

E apesar de observarmos a Amazônia com a ausência de infra-estrutura, um aspecto de sua paisagem com aparência caótica, ou o rural-urbano, o modo de vida urbano é um elemento atraente para esta sociedade. Pode-se perceber, que num local que não sofreu as grandes transformações industriais, econômicas e políticas como na Região Sudeste, e ser uma área “virgem”, a Amazônia é uma região aberta ao novo, as novidades e o recebe facilmente (SANTOS, 2004, p. 273).

Percebe-se a presença do *homo urbanus*, com um estilo de vida paradoxal com sua antinomia rural, pois ele mora na cidade, produz nos açaiçais nas comunidades ribeirinhas, e consome serviços de celulares, canais pagos e internet. Como não se fixa no campo devido aos grandes proprietários que marcam as terras na Região, ele mora na cidade e mantém um movimento populacional marcante, num ir e vir constante devido a proximidade dos locais, dos serviços, a não ser em comunidade distantes, que dependem de pequenas embarcações para se deslocar, por uma, duas, três horas ou mais. É dentro desse contexto, o de apresentar as dinâmicas existentes nas pequenas cidades da Amazônia que esse artigo se apropria de apresentar o município de Ponta de Pedras, Pará. Este objeto empírico que apresenta as diversas e ricas dinâmicas vivenciadas pelas pequenas cidades amazônicas.

O Município de Ponta de Pedras e O Programa Minha Casa Minha Vida

O município de Ponta de Pedras, objeto empírico deste artigo, apresenta população de 25.999 habitantes (Censo 2010), cuja localização dista 60 km da capital

Belém (figura 1 e quadro 2). Da mesma forma que está inserido na realidade das pequenas cidades da Amazônia, o município passou pelos diversos ciclos exploratórios da região. Exploração da borracha, o uso de produtos da floresta, extração de palmito, produção de mandioca e produção bovina figuraram no passado e presente como motores da economia local (Brondizio, 2008). A economia local de Ponta de Pedras mantém o forte vínculo na criação de búfalos, produção econômica característica da maioria dos municípios existentes na Ilha do Marajó. Atualmente, o açaí movimentou a economia da cidade de Ponta de Pedras, inserindo dessa maneira o município no circuito produtivo da Região (Costa et al., 2012).

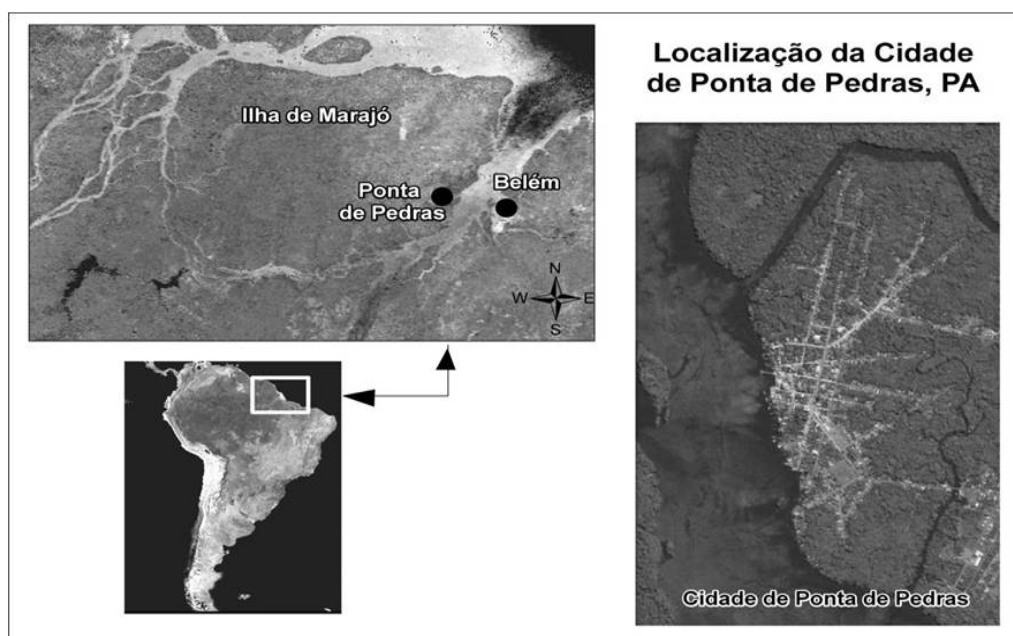


Figura1: Localização do município de Ponta de Pedras - Ilha de Marajó - Pa.

Fonte: Costa, Silva e Lima. (2011).

Quadro 2: Caracterização Socioeconômica do Município.

População 2010 ³	25.9999 habitantes,
População Urbana 2010 ³	12.424 (47.79%)
População Rural 2010 ³	13.575 (52.21%)
Média de Pessoas por Domicílio ³	4,43 %
Densidade demográfica ³ (hab./km ²)	7,73 hab.
IDH ¹	0,65

PIB ²	67.046,302 MIL
PIB per capita ²	2.604,45

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD¹ (2000); IBGE (2008)²; IBGE (2010)³

O município apresenta baixa arrecadação de recursos, condicionando – o a depender dos subsídios do Governo Federal e dos Programas Assistenciais. De acordo com Costa et al.(2011b), a população do município de Ponta de Pedras trabalha predominantemente no setor informal. O trabalho formal concentra-se no emprego público.

De acordo com Costa, Silva e Lima (2011), carências estruturais como rede elétrica, água encanada e rede de esgoto variam de acordo com o setor da cidade, e estão relacionadas ao estágio de ocupação e investimento público: 100% dos domicílios do perímetro urbano possuem eletricidade; 88% possuem água encanada, apesar da precariedade do serviço; apenas 12% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto, não existindo tratamento dos efluentes domésticos, os quais são despejados, in natura, nos rios e igarapés.

As ruas de madeiras não oferecem segurança aos moradores, além do precário sistema de iluminação pública que dificulta os deslocamentos durante à noite. Diante desse quadro apresentado, é que se estabeleceu o PMCMV, ao qual, como será demonstrado, ao invés de amenizar essas distorções sociais, as mantém e pode até mesmo, acentuá-las.

Como o Poder Público Comandou o Processo de Seleção dos Contemplados no PMCMV

O PMCMV para os moradores de Ponta de Pedras, intenta a contribuir para com a melhoria da qualidade de vida para inúmeras famílias que ainda vivem condicionadas a situação de riscos insalubres, bem como tem o intuito de minimizar o déficit habitacional existente no país.

De acordo com a Ata de Reunião do Conselho de Assistência Social realizada em 14 de Abril de 2010 no município de Ponta de Pedras, cuja, a pauta foi a seleção das famílias para o PMCMV, o atual Prefeito Pedro Paulo Bulhosa (2008-2012), em

parceria com o Ministério das Cidades informou ter conseguido a liberação para a construção de 120 casas para as famílias que residem em áreas de risco na cidade. Inscreveram-se no Programa aproximadamente 500 famílias, sendo elas da área urbana e ribeirinhas. Das 500 famílias inscritas, 120 famílias foram pré-selecionadas para a contemplação das casas populares. Além dos critérios estabelecidos pelo governo federal, foi levada em consideração, a condição socioeconômica das famílias.

Sempre que os entrevistados eram questionados a respeito do Programa, os mesmos diziam não saber ou não ter tido a oportunidade de participar do processo de seleção, visto que aqueles que souberam do processo de inscrição alegaram que tiveram apenas uma semana para providenciar os documentos necessários. Essa mesma pesquisa também possibilitou entrevistar moradores que foram contemplados pelo programa habitacional. A grande maioria dos entrevistados respondeu que souberam do programa pela rádio local, ou por informações de terceiros. Isso permitiu entender que os mecanismos de divulgação do PMCMV, de Ponta de Pedras não foram eficientes, pois grande parcela da população não tinha informações a respeito do Programa Habitacional.

O local para a construção das casas do Programa está localizado a cerca de 8 km de distância do centro da cidade, fato esse que propicia a pensar de que maneira essa população conseguirá se deslocar do conjunto habitacional até o Centro da cidade. Respaldamo-nos nessa colocação já cientes de que a cidade não oferece serviços de transporte público. Ou seja, a população ficará sujeita a se distanciar do Centro e se fixar nas periferias. Vale lembrar, conforme mencionado anteriormente que grande parte da população de Ponta de Pedras não soube do Programa Habitacional. Essa informação foi confirmada pela própria população.

Utilizando as informações disponíveis no cadastro dos contemplados pelo Programa, foi possível mapear o local das residências, ou seja, avaliar onde os contemplados residem em relação à construção das casas. Das 120 famílias contempladas pelo programa, 10 % residem na área rural e 90% na área urbana do município. A figura 4 apresenta o local de residência dos contemplados pelo Programa no município. Os residentes da área rural ocupam as proximidades dos rios Panema, Jagarajó, Armazém, Benfica e rio Paricatu. Observa-se que há contemplados provenientes de diferentes comunidades do interior (figura 2).

Diante do referido cenário, emerge uma indagação: que papel a cidade-sede de Ponta de Pedras representa para essas famílias oriundas da área rural? Tais famílias se valem dessas oportunidades para suprirem suas necessidades mais urgentes como saúde, educação e também oportunidades de emprego, visto que na área rural os serviços de necessidades imediatas são precários e, em muitos, casos inexistentes. A cidade de Ponta de Pedras se apresenta como uma referência urbana para os moradores do entorno do município, numa região em que as distâncias são maximizadas pelas águas.

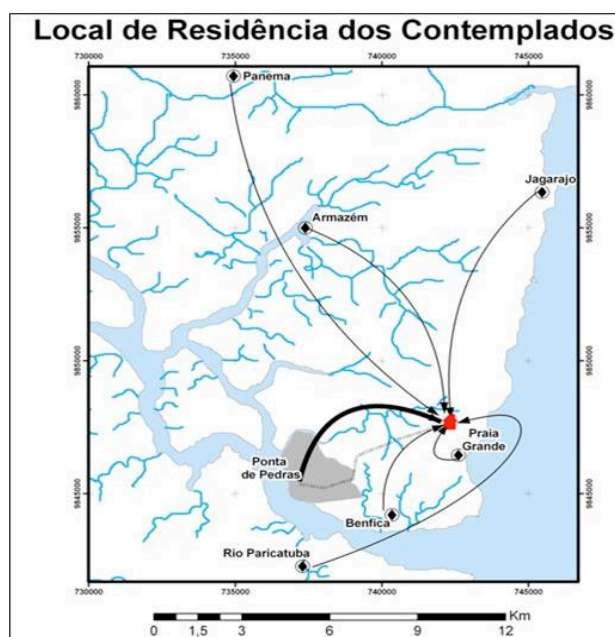


Figura 2: Croqui de fluxo mostrando o local das residências das famílias contempladas.

Fonte: Laboratório das Cidades (2011)¹

Quanto ao critério de escolha dos contemplados, vale ressaltar que não houve um critério específico, visto que essa informação foi confirmada pelos próprios representantes do poder público local durante as abordagens e entrevistas. Em entrevista concedida por uma moradora contemplada pelo Programa Habitacional, a mesma informou que ficou sabendo do PMCMV por informações de amigos, vizinhos e parentes.

A figura 3 apresenta a área escolhida para a construção das casas e ela está localizada fora do perímetro urbano, não há serviços de transporte público que promova

¹ Imagens geradas pelo Laboratório de Estudos das Cidades. Está vinculado ao Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba.

o acesso da população da área onde estão sendo construídas as casas até o centro da cidade, e tão pouco às demais localidades do município. Os poucos ônibus que circulam pelo município, encontram-se na garagem da prefeitura e não oferecem segurança no transporte de pessoas. Os meios de transportes disponíveis para a população local são os táxis, moto táxis e vans coletivas que diariamente conduzem a população por toda parte da cidade.

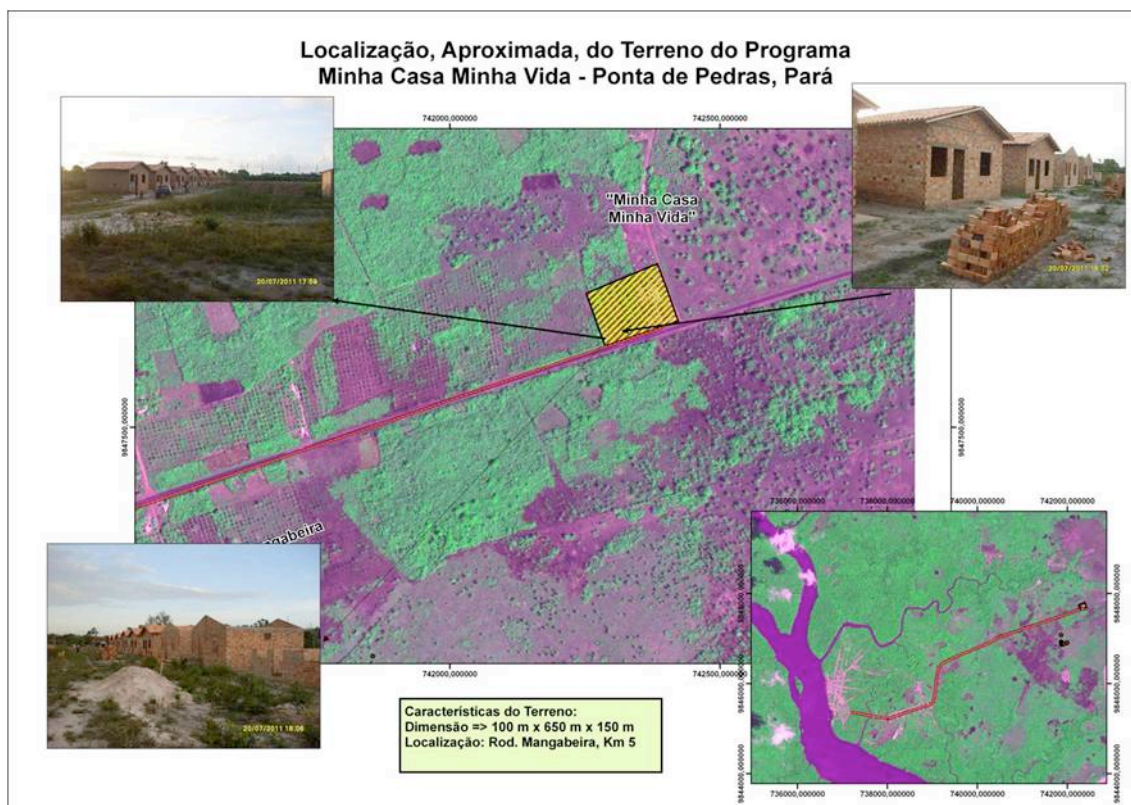


Figura 3: Localização aproximada do terreno para a construção das casas.

Fonte: Laboratório das Cidades (2011).

A entrevistada informou que assim que conseguiu se inscrever no Programa foi orientada a levar alguns documentos até a Assistente Social do município (Assistente Social: esposa do Prefeito). Os documentos exigidos segundo a entrevistada foram RG, CPF, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento e comprovante de residência. Todos os inscritos segundo ela foram obrigados assinar uma declaração. Entre alguns detalhes do processo feito pela entrevistada, a mesma informa que os responsáveis afirmaram que não há prazo estabelecido para entrega das casas do programa.

Em uma segunda entrevista concedida por mais uma contemplada pelo Programa, a mesma diz que receber a casa foi uma grande oportunidade para ela e para

a família. Ela diz que para se inscrever no Programa ela teve que providenciar diversos documentos pessoais e em sequência entregá-los junto a Secretaria de Assistência Social. A entrevistada informou que ficou sabendo que havia sido escolhida para receber a casa no mês de Maio de 2010 e informou também que a listagem com todos os cadastros feitos pelo responsável pelo PMCMV, foi levado de Ponta de Pedras até Belém e de lá os responsáveis voltaram com a lista dos escolhidos. Os demais moradores, em entrevista anterior, já haviam confirmado essa mesma informação.

É pertinente ressaltar que a lista com todos os inscritos e contemplados pelo PMCMV, de Ponta de Pedras foi obtido junto a Assistente Social da cidade de Ponta de Pedras durante a pesquisa de campo realizada no município. Esse documento nos possibilitou um maior contato não só com os moradores beneficiados, bem como aqueles que não foram contemplados pelo Programa.

Foram diversas tentativas de se obter documentos formais que legitimassem a aplicabilidade e transparência do programa para o município. Somente a Ata de reunião com o Conselho Local, a lista dos contemplados e a escritura de localização do terreno onde estão sendo construídas as casas do Programa foram liberadas para consulta. Os responsáveis pelo Programa não apresentaram clareza ao repassar qualquer tipo de informação e documentação do PMCMV para Ponta de Pedras, o que demonstra que o processo desde seu início deixam dúvidas quanto ao acesso e participação popular.

Características pós-ocupação

O local das construções das casas do PMCMV localiza-se fora do perímetro urbano de Ponta de Pedras. O bairro se chama Vila Pedrolândia, e foram entregues em julho de 2013 às pressas pelo então prefeito Pedro Paulo Boulhosa, antes do período eleitoral, ou seja, houve uma intenção política do então prefeito em entregar as moradias antes das eleições municipais, uma vez que o mesmo era candidato a reeleição.

Devido a essa estratégia eleitoreira, o conjunto habitacional foi liberado para a população contemplada inacabado e com sérios problemas estruturais, tais como: ruas sem asfalto, creche ainda na fase inicial da construção (o PMCMV prevê a entrega de casas com a creche e em início de funcionamento), casas inacabadas, sem pisos, azulejos e rebocos, além dos problemas de acesso legal a água tratada e energia elétrica.

A própria prefeitura assume que a população está usando energia elétrica ilegalmente. Não são impedidos de tal prática devido ao conhecimento do Poder Público das dificuldades em instalar todas as demandas na comunidade local, pois como cobrar um serviço que não foi instalado corretamente?

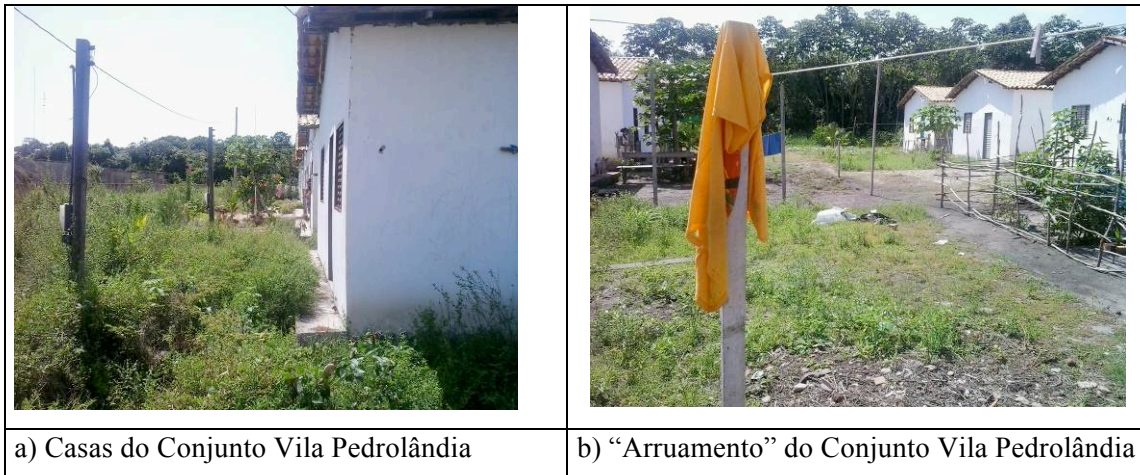


Figura 5 (a, b): Vila Pedrolândia. Fonte: autores, 2014

Além disso, o bairro está fora do perímetro urbano, o que consiste em outra dificuldade: a não disponibilidade de serviços de transporte público que certamente facilitariam o acesso da população à área urbana, às proximidades do comércio local, à escola, ao trabalho e aos serviços emergenciais de saúde pública.

Essa situação precária apresentada em Ponta de Pedras configura-se como um conjunto de práticas políticas voltadas para atender às necessidades habitacionais, todavia, aparenta uma espécie de periferização social, uma vez que geograficamente, não é longe de outras localidades, mas a pobreza instalada no local condiciona um isolamento social.

Considerações finais

Utilizando-se das falas do Professor Milton Santos (1998, p.65), verificou-se em Ponta de Pedras que “o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política. A quem pode um candidato a cidadão recorrer para pedir que

faça valer o seu direito ao entorno, propondo um novo corpo de leis, decretos e regulamentos, ou velando pelo cumprimento da legislação já existente, mas desobedecida?”.

A esfera política de Ponta de Pedras demonstra pouco interesse em mudar essa situação. Percebem-se as necessidades da população, entretanto o que predomina são os interesses políticos particulares. Onde “o território continua a ser usado como palco de ações isoladas e no interesse conflitante de atores isolados. Dessa maneira instrumentalizado, o território é causa de maior desigualdade entre firmas, instituições e, sobretudo entre os homens. Em lugar de se tornar o desejado instrumento de igualdade individual e de fortalecimento da cidadania, o território manterá seu papel atualmente perverso, não apenas alojando, mas na verdade criando cidadãos desiguais, não apenas pelo seu lugar na produção, mas também em função do lugar onde vivem (SANTOS, 1998)

A expressão “Rincões do Brasil”, nos permitem entender que ela se encaixa a medida que essas políticas ocorrem distantes dos grandes centros políticos decisivos. No entanto, para esse município, além da distância, longe do olhar administrativo e fiscalizador do país, a sociedade vivencia uma política local centralizada, articuladora e intimidadora que faz dos projetos sociais uma moeda de barganha política que inviabiliza a eficácia e propósitos para os quais esses programas são estabelecidos.

Referências

Andrade, Luis Aureliano G. de e AZEVEDO, Sérgio. *Habitação e Poder*: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2003. Rio de Janeiro: PNUD; IPEA; Fundação João Pinheiro, 2003.

Bolaffi, Gabriel. *Habitação e Urbanismo*: O Problema e o Falso Problema. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1979. (Ensaio de Opinião 2 + 1).

Bonduki, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa. *Teoria e Debate*, n.82, p.8-14, maio/jun. 2009.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

Brasil. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Balanço de 30 meses de Governo*. Brasília: MC. 2005.

Brasil. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). *Programa Minha, Casa Minha Vida*. Brasília, DF: MC, 2010.

Disponível

em: http://www.cidades.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=137&Itemid=55 Acesso em 02 jun. 2011.

Brondízio, E. S. *The Amazonian Caboclo and the Açai palm: Forest Farmers in the Global Market*. New York: New York Botanical Garden Press, 2008. 403 p. (Advances in Economic Botany Monograph Series; v, 16). ISBN 978-0-89327-476-4.

Costa, S. M. F.; Silva, D. C.; Lima, V. M. The use of CBERS image in the delimitation of small cities boundaries in the Brazilian Amazonia region. *Geofocus* (Madrid), v. 1, p. 207-225, 2011.

Costa, S. M. F. et al. Pequenas Cidades do Estuário do Rio Amazonas: Fluxo Econômico, Crescimento Urbano e as Novas Velhas Urbanidades da Pequena Cidade de Ponta de Pedras. REDES. Rev. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 56 – 74, maio/ago 2012

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo online*, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo online*, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>, acesso em 2011.

Kowarick, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Lima, Erich Celso de Machado. *Políticas Federais no Brasil (1930-2005)*: Marcos Históricos e Institucionais. 2007. 136f. (Mestrado em arquitetura e urbanismo) Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Maceió, 2007.

Maricato, Ermínia. “Por um enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.” *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, n.21, p.33-52, 2009.

Maricato, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em 2 jun 2011.

Palermo, C. et al. *Habitação Social Evolutiva*, Relatório de Pesquisa, CNPQ, Florianópolis: UFSC, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a Geografia).

Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

Santos, Milton. *O Espaço do Cidadão*, 4. Ed. São Paulo: Nobel, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.